



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Relatório da visita
do Grupo de Trabalho de Educação Especial

Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato

28 de maio de 2019



Objetivo da visita

Com esta visita, o Grupo de Trabalho de Educação Especial pretende conhecer melhor a forma como está a decorrer a implementação do regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), identificando, junto dos profissionais da área, eventuais problemas e necessidades, bem como boas práticas.

Delegação

A delegação do Grupo de Trabalho de Educação Especial foi constituída pelas seguintes Senhoras Deputadas:

- Deputada Ana Sofia Bettencourt (em nome da Coordenadora do GT)
- Deputada Liliana Silva (Grupo Parlamentar do PSD)
- Deputada Maria Augusta Santos (Grupo Parlamentar do PS)
- Deputada Ana Rita Bessa (Grupo Parlamentar do CDS-PP)
- Deputada Ana Mesquita (Grupo Parlamentar do PCP)

Síntese da Visita ao Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato

A visita teve início às 11h00m no Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato, tendo a delegação sido recebida à chegada pela Diretora do Agrupamento, Dr.ª Célia Almeida.

A delegação do Agrupamento incluía, além da diretora, a adjunta da diretora (Manuela Rodrigues), a Professora de Educação Especial (Maria do Carmo Correia) e a Professora responsável pela Centro de Apoio à Aprendizagem (Arciolina Silveira).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Depois de explicados os objetivos para a visita a este Agrupamento por parte da Delegação da Assembleia da República, tomou a palavra a Diretora do Agrupamento, que fez uma apresentação detalhada do projeto educativo e da missão deste agrupamento.

Desta apresentação, destaca-se a “cultura organizacional do agrupamento”, no âmbito da qual foi explicado que este já tinha alguma experiência ao nível do novo modelo e na disponibilização de apoios adicionais a alunos NEE. Segundo foi explicado, o Decreto-Lei 54 veio trazer, de alguma forma, uma validação das práticas anteriores deste agrupamento, referindo o exemplo das equipas multidisciplinares (as EMAE).

Ao longo da apresentação, foram sendo colocadas questões por parte de todas as Deputadas que integravam a delegação da AR, salientando-se, de seguida, alguns dos aspetos realçados pela Escola:

- A importância do papel da coordenadora da Educação Especial;
- A relevância da filosofia mais abrangente do Decreto-Lei 54;
- Que, com o Decreto-Lei nº 54, de 6 de julho de 2018, e o Decreto-Lei nº 55, de 6 de julho de 2018, se redimensionou o plano da EMAE na dimensão de Rastreio, Avaliação, Monitorização e Acompanhamento;
- A importância do envolvimento do encarregado de Educação, que não se deve limitar ao preenchimento de papéis mas que deve ser efetivamente ouvido (embora este aspeto não constituísse novidade relativamente às práticas anteriores). A este nível foram identificadas algumas dificuldades em fazer os encarregados de educação compreenderem que o seu contributo é fundamental;
- A importância de se ouvir mais os alunos (esta sim, uma prática inovadora), que se verificou terem muito a dizer, logrando, por vezes, desbloquear situações nem sempre visíveis;
- Explicaram-se as metodologias de trabalho implementadas facilitadoras das ações a desenvolver (ao nível do Trabalho Colaborativo, do Envolvimento da Família e do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

- Aluno, dos Processos de Monitorização Sistemática e Articulação com a Equipa da Saúde Escolar);
- Ao nível da Saúde Local, foram identificadas algumas dificuldades, exigindo um esforço para melhorar esta articulação;
 - Também se referiu a necessidade de melhorar a articulação com o IPCJ;
 - Foi notado que estas dificuldades de articulação são geradoras de algum sentimento de impotência;
 - Foi realçada a importância da partilha de experiências com os parceiros;
 - Foi ainda desenvolvida a dimensão alunos e capacitação. Sobre esta última, identificou-se a importância de técnicos atuarem onde é necessário, exemplificando, por exemplo, com a necessidade de os psicólogos atuarem não apenas no gabinete;
 - Questionada a Escola sobre se as medidas universais comportavam o risco de se dar menos apoio aos alunos mais difíceis, foi explicado que não era essa a experiência que tinham.
 - Referiu-se a importância de se definir bem as prioridades e ter medidas adicionais garantidas;
 - Destacou-se, também, o facto de muita da equipa ser criada numa base de voluntariado mas sublinharam haver muitos agrupamentos que não conseguem uma adesão nesta base, sendo, por isso, importante que estas questões fiquem mais claras, ou seja, o que é componente letiva e não letiva. Isto facilitaria a gestão das escolas, alertaram;
 - Sobre as medidas universais, destacaram que são facilitadoras mas não facilitistas;
 - Sobre os CRI's (Centros de Recursos para a Inclusão), foi sublinhado terem tido um papel importante ao longo dos anos;
 - Sobre os mecanismos de monitorização e acompanhamento, chamaram a atenção para a necessidade de um maior apoio por parte da tutela mas alertaram contra riscos de burocratização a este nível;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência



No final da reunião, a Deputada Ana Sofia Bettencourt agradeceu, em nome da Coordenadora do Grupo de Trabalho (a Deputada Manuela Tender), a amabilidade e disponibilidade dispensadas, salientando a importância da informação recolhida, nevrálgico para o apuramento das realidades existentes e das necessidades efetivas dos Agrupamentos de Escolas.